



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO Ref. n.º ADG/3/2022- PPC

Aquisição de Serviços de Telecomunicações

2022



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de telecomunicações de voz fixa e dados, para o Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode, doravante designado Conservatório.

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

CLÁUSULA 3.^a

Período de vigência

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 4.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Instalação de duas centrais telefónicas que permitam fazer uma gestão eficiente de todas as comunicações de voz fixa, da sede, polos e núcleos do Conservatório, nas condições indicadas no quadro I e nos requisitos técnicos e funcionais, constantes das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos;
 - b) Instalação de uma ligação à internet fixa na sede, polos e núcleos do Conservatório;
 - c) Garantir os serviços de manutenção e assistência técnica;
 - d) Garantir a portabilidade, sem custos, dos números de comunicação fixa existentes e ativos à data da celebração do contrato;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a indicar o(s) seu(s) representante(s), que assumirá(ão) a(s) função(ões) de "gestor(es)" do contrato e interlocutor(es) para a resolução de todos os aspetos que se suscitem no período de execução do contrato, bem como recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, ou ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 5.^a

Forma de prestação de serviços

1. Os serviços objeto deste contrato, terão que ser prestados de forma continuada e ininterrupta.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

2. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a comparecer sempre que para tal seja solicitado e, poderá, quando considerar necessário, convocar reuniões de coordenação com o representante do Conservatório, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
3. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por qualquer das partes, devendo a mesma elaborar a agenda prévia para cada reunião.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

CLÁUSULA 6.ª

Prazo de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se à execução do serviço, com todos os elementos referidos no caderno de encargos, pelo prazo de **36 meses**, após a celebração do contrato, sem possibilidade de prorrogação, contando-se o mesmo a partir da data de ativação do serviço.
2. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo no número anterior, se entretanto não for atingido o valor do preço contratual fixado na adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Sendo atingido o valor do preço fixado na adjudicação antes do prazo identificado para a execução do contrato, verificar-se-á a sua imediata cessação.

CLÁUSULA 7.ª

Elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar um portal que permita de forma autónoma a gestão de todas as funcionalidades de cada central e de cada utilizador.
2. Da faturação, a remeter mensalmente ao Conservatório, em formato impresso, deverá constar o resumo de custos decorrentes de mensalidades fixas, de eventuais comunicações não contempladas na mensalidade e eventuais descontos aplicáveis.
3. Na análise dos elementos constantes dos números anteriores, bem como de quaisquer outras questões relacionadas com a execução do contrato, o prestador de serviços deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
4. O prestador de serviços obriga-se ainda a elaborar e entregar tempestivamente todos os demais documentos previstos no contrato ou no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

CLÁUSULA 8.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ou disponibilizados ao Conservatório, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 9.ª

Direitos de propriedade intelectual

1. Correm inteiramente por conta do prestador de serviços, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Conservatório vier a ser demandado por ter sido infringido, na execução da prestação de serviços, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o prestador de serviços responderá nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

CLÁUSULA 10.ª

Seguros

1. Sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do contrato e deste caderno de encargos, o prestador de serviços deverá ser tomador de seguros que garantam eventuais danos que sejam causados pela indisponibilidade dos serviços objeto do presente procedimento.
2. O prestador de serviços deverá, nomeadamente, ser tomador das seguintes apólices de seguros:
 - a) Responsabilidade civil profissional, com cobertura dos riscos decorrentes dos trabalhos, da produção, transporte e instalação dos bens a fornecer;
 - b) Responsabilidade civil extracontratual, por danos causados a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
 - c) Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal empregue na prestação dos serviços.
 - d) O Conservatório poderá exigir a todo o momento ao prestador de serviços a apresentação das apólices de seguro e os recibos comprovativos do pagamento dos prémios respetivos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

3. Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da conta do prestador de serviços.

CLÁUSULA 11.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO II – DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA 12.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Conservatório, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O cocontratante é responsável pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos seus colaboradores, independentemente da natureza do vínculo subjacente a essa colaboração, inclusivamente após a cessação desta e independentemente da causa de cessação, bem como em caso de violação do dever de sigilo por parte de terceiros por si subcontratados ou por colaboradores desses terceiros.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 13.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

SECÇÃO III – OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

CLÁUSULA 14.^a

Preço base

O preço base do presente procedimento é estabelecido em **20 871 euros**, acrescendo o IVA à taxa legal em vigor, para o prazo de execução de 36 meses, sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

CLÁUSULA 15.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Conservatório deve pagar ao adjudicatário, os montantes resultantes da utilização dos serviços, faturados mensalmente, com base nos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Conservatório, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 16.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Conservatório, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a aceitação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do Conservatório quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

CAPÍTULO III
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 17.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Conservatório pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Pelo incumprimento do prazo referente à operacionalidade das componentes do objeto do contrato, será aplicada uma pena de 100€ (cem euros) por cada dia de atraso.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Conservatório pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do ponto a, do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Conservatório tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
6. O Conservatório pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Conservatório exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 18.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei e independentemente da aplicação das penalidades referidas na cláusula anterior, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o cocontratante viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de indisponibilidade do serviço durante um período superior a 48 (quarenta e oito) horas.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

3. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por incumprimento ou atos ocorridos durante a execução do contrato.

CLÁUSULA 19.ª

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª

Casos fortuitos e de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades nem ser considerado como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 22.^a

Revisão de preços

O preço dos serviços é fixo e não haverá lugar à sua revisão.

CLÁUSULA 23.^a

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes no contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos definidos nos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

CLÁUSULA 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto quando indicado em contrário.

CLÁUSULA 25.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações, e demais legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

PARTE II – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

CONDIÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

1. Objeto da prestação de serviços

A prestação de serviços tem por objeto o serviço de telecomunicações de voz fixa e dados, em todas as unidades orgânicas do Conservatório, incluindo todos os seus polos e núcleos, com comodato de equipamentos.

2. Prazo de operacionalidade dos serviços

Todas as componentes do serviço identificado neste caderno de encargos, têm que estar operacionais no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de celebração do contrato.

3. Requisitos técnicos e funcionais

Na prestação de serviços têm de ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos e funcionais:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

- 3.1. Instalação de duas centrais telefónicas, com a quantidade de extensões indicadas no Quadro I, que permita a comunicação entre a Sede, Polos e Núcleos do Conservatório e com as seguintes funcionalidades em cada central:
 - 3.1.1. Atendimento automático IVR;
 - 3.1.2. Música em espera;
 - 3.1.3. Grupos de atendimento;
 - 3.1.4. Fila de espera;
 - 3.1.5. Encaminhamento de chamadas;
 - 3.1.6. Barramento de chamadas;
 - 3.1.7. Portal de administração que permita configurar as funcionalidades de cada central telefónica.
- 3.2. A solução deve suportar os alarmes atualmente instalados, através de linhas analógicas, nas localizações identificadas no Quadro I;
- 3.3. Cada extensão deve possuir um número único externo, que permita entrar em contacto direto, sem passar pela telefonista nem IVR;
- 3.4. Deverá ser possível alterar a distribuição das extensões pelas duas centrais ao longo do contrato, caso seja necessário, até ao limite de 50 extensões por central, sendo que a distribuição inicial é a prevista no Quadro I em anexo.
- 3.5. Instalação de uma ligação à internet fixa na sede, polos e núcleos do Conservatório;
- 3.6. Equipamentos:
 - 3.6.1. Fornecer, em regime de comodato, um telefone IP por cada extensão, de acordo com o Quadro I.
 - 3.6.2. Requisitos mínimos telefone IP com fios:
 - Ecrã
 - Conectividade: 2 Portas Ethernet RJ45 10/100Mbps
 - Qualidade de som: HD Voice
 - Funções: chamada em espera, mute, mãos livres, transferência, remarcação
 - Agenda / Lista telefónica
 - 3.6.3. Requisitos mínimos telefone IP sem fios:
 - Ecrã
 - Alcance: Aproximadamente 200 metros em espaço aberto e 30 metros em espaços fechados



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

- Autonomia: 8 horas em conversação
- Qualidade de som: HD Voice
- Funções: mute, mãos livres

3.6.4. Os restantes equipamentos necessários para a utilização do serviço contratado, voz e dados, deverão ser disponibilizados sem qualquer custo à entidade adjudicante.

3.6.5. Nos dois edifícios da Sede, caso seja necessário, o prestador garante a instalação dos cabos UTP e das fichas RJ45, sem quaisquer custos adicionais;

3.7. Requisitos mínimos do acesso à Internet: 500Mbps download / 100Mbps upload

3.8. Serviços:

3.8.1. Todos os serviços de instalação e configuração devem ser da responsabilidade do prestador e devem ser efetuados por técnicos especializados, sem qualquer custo à entidade adjudicante.

3.8.2. Todos os serviços de manutenção e assistência técnica devem ser da responsabilidade do prestador, sem qualquer custo à entidade adjudicante.

3.8.3. O tempo de resposta aos pedidos de assistência técnica deverá ser inferior a 48 horas.

3.9. Reparação e substituição de equipamento:

3.5.1 - É da responsabilidade do prestador de serviços assumir a reparação de avarias dos equipamentos, sem qualquer custo à entidade adjudicante.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

4. Condições Financeiras

4.1. Tarifário/Controlo de custos

- 4.1.1. Todas as comunicações entre as extensões da mesma central deverão ser gratuitas e sem limites.
- 4.1.2. O tarifário a praticar será obrigatoriamente pós pago, fixo, que inclua no mínimo um plafond de minutos para chamadas nacionais e internacionais, de acordo com o Quadro I.
- 4.1.3. O tarifário deverá indicar os custos de comunicações externas às centrais telefónicas, no caso de ser ultrapassada o plafond de minutos referido no ponto anterior, evidenciando:
 - a) Custos das comunicações nacionais;
 - b) Custos das comunicações internacionais;
 - c) Outras tarifas.

5. Outras condições

Ao abrigo do contrato que se pretende celebrar a que respeita o presente caderno de encargos poderão, em função das efetivas necessidades dos serviços, vir a ser executadas quantidades diferentes das previstas, sem que, de tal fato resulte o direito a qualquer indemnização ou à alteração, em prejuízo para o Conservatório, das condições contratuais propostas.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSERVATÓRIO – ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA, ENG.º LUIZ PETER CLODE

QUADRO I

Número de extensões, plafond de minutos (mínimo), existência de alarme e distribuição das extensões

Localização	Núm. de extensões	Total Minutos Nacionais (rede fixa e rede móvel)	Total Minutos Internacionais (rede fixa)	Com alarme	Central
Sede (a) (c)	36 IP + 1 analógica	36.000	0	sim	A
	2 IP	8.000	2.000		
Polo do Bom Jesus (c)	25 IP + 1 analógica	25.000	0	sim	B
Polo de São Martinho (b)	2 IP	2.000	0	não	A
Polo da Levada (c)	3 IP + 1 analógica	3.000	0	sim	B
Polo de Machico	1 IP	1.000	0	não	A
Polo da Ribeira Brava	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo de Câmara de Lobos	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo da Ponta do Sol	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo de São Vicente	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo de Santana	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo da Camacha	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo do Caniço	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo da Calheta	1 IP	1.000	0	não	A
Núcleo do Porto Santo	1 IP	1.000	0	não	B

- (a) Na sede do Conservatório, duas extensões deverão incluir cada uma 4.000 minutos para chamadas nacionais (distribuídos entre rede fixa e rede móvel) e 1.000 minutos para destinos internacionais (rede fixa).
- (b) No polo de São Martinho, os telefones IP devem ser sem fios.
- (c) Nas localizações com alarme, deve ser incluída uma linha analógica.

